

AVALIAÇÃO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL NA TRANSIÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PRIMÁRIA DA ZONA B, NO MUNICÍPIO DE BENGUELA

Armando Vicente Memuana

(Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES	
Armando Vicente Memuana é Licenciado em Psicologia da Educação, formado pela Universidade António Agostinho Neto - Angola, Pós-graduação em Administração e Gestão escolar pela CESPU - Universidade Portucalense - Portugal, Pós- Graduação em Gestão escolar pela Universidade Católica de Brasília - Brasil, mestre em Educação Especial pela Universidade Katiavala Bwila - Benguela, doutorando em Ciências da Educação, especialidade de metodologia de Ciências Integradas do Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe (ISCED-SUMBE). E-mail: armandomemwana@gmail.com	
RESUMO	ABSTRACT
Este estudo visa investigar como é considerada a avaliação dos alunos do ensino primário no contexto escolar, sobretudo nas classes de transição. O referido estudo foi feito numa Escola Primária BG-1087 da Zona B do município de Benguela, com a participação do corpo directivo e professores, aos quais se aplicou o inquérito por entrevista com objectivo de compreender como é feita a avaliação dos alunos do ensino primário nas classes de transição na escola em referência. O tipo de estudo é descritivo com abordagem qualitativa e foram analisados alguns documentos como: Lei de base nº 13 de 31 de Dezembro de 2001, Decreto Lei n.º 17 de 2016, Decreto Lei n.º 32 de 2020 e Decreto presidencial nº 162 do dia 01 de Agosto de 2023, todos referenciam o sistema educativo de Angola, também se percebe as fases históricas que trilhou, desde o fim da abolição do sistema educativo colonial em 1977, até hoje. Nestes normativos se observa algumas inovações na Estrutura do Sistema Educativo, a gratuidade e a inclusão das pessoas com deficiência e com necessidades educativas especiais, tiveram a sua repercussão na qualidade de ensino e a construção de mais infra-estruturas escolares em todo país e surgimento de instituições privadas. Quanto aos resultados obtidos dos membros da direcção e dos professores, destacam-se a formação permanente do professor, a inexistência de critérios que explicitam a modalidade de avaliação nas classes de transição automática, isto é, 1ª, 3ª e 5ª classe.	This study investigates how elementary students' assessment is considered in the school context, especially in transition classrooms. The study was conducted in Escola Primária BG-1087 of Zone B of the municipality of Benguela, with the participation of the management body and teachers, to whom the interview survey was applied to understand how the evaluation of primary school students is done in the transition classes at the reference school. The type of study is descriptive with a qualitative approach and some documents were analyzed such as Basic Law no 13 of 31 December 2001, Decree-Law no 17 of 2016, Decree-Law no 32 of 2020, and Presidential Decree no 162 of August 01, 2023, all refer to the educational system of Angolan, also perceives the historical phases that trailhou, from the end of the abolition of the colonial educational system in 1977, until today. These regulations observe some innovations in the structure of the educational system, the gratuity, and the inclusion of people with disabilities and special educational needs, had their impact on the quality of education and the construction of more school infrastructures in all countries, and the emergence of deprivation institutions. As for the results obtained by the members of the management and the teachers, the permanent training of the teacher, the absence of criteria that explain the modality of evaluation in the automatic transition classes, that is, 1st, 3rd, and 5th grade, stand out.
PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Avaliação; Classes de transição; Monodocência; Ensino-aprendizagem.	Assessment; Transition Classes; Single-Teacher System; Teaching-Learning.

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende compreender como é feito o processo de avaliação dos alunos do ensino primário nas classes de transição da escola primária BG 1087-Zona B, no município de Benguela. Não obstante, são denominadas classes de transição as classes ímpares do ensino primário, em que não são alcançados os objectivos finais da avaliação, como se pode observar no Artigo nº. 44º, nos pontos 1 e 2 do Decreto Presidencial nº. 162/23, no trabalho. O estudo foi feito mediante inquérito por entrevista e dessa forma foi possível aferir que os professores ao avaliarem os alunos baseiam-se nos conteúdos transmitidos.

Para Silva e Craveiro (2011), a avaliação deve ser de facto a parte integrante da rotina e basear-se tanto na criança quanto no currículo, constituindo um processo onde observa, documenta e interpreta os comportamentos das criança e se reflecte sobre como as práticas educativas auxiliam ou limitam a sua aprendizagem. De acordo com Melo (2020), a avaliação vai mais além da realização de provas e de notas. A mensuração pode proporcionar dados que podem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. Porém, ela cumpre funções pedagógicas – didácticas, de diagnósticas e controlo, as quais recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar, baseando-se no contexto.

É essa reflexão permanente do professor sobre a sua realidade e acompanhamento de todos os passos do aluno na sua trajectória de construção do conhecimento, assim como do processo interactivo e integrativo, através do qual professores e alunos aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no acto próprio da avaliação.

O processo de avaliação das aprendizagens deve acompanhar a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, assim como das novas tecnologias que se processam no mundo. E avaliação é a transformação em acção. Acção, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. É essa reflexão permanente do educador sobre a sua realidade e acompanhamento de todos os passos do aluno na sua trajectória de construção do conhecimento. Sendo um processo interactivo, através do qual professores e alunos aprendem sobre si mesmos e a realidade escolar no acto próprio da avaliação (Isabel Santos e Ferenc, 2020).

Na abordagem da Silva e Craveiro (2011), a avaliação deve ser de facto a parte integrante da rotina e basear-se tanto na criança quanto no currículo, constituindo um processo em que observa, documenta e interpreta os comportamentos das crianças e se reflecte sobre como as práticas educativas auxiliam ou limitam a sua aprendizagem. Das concepções de avaliação apresentadas, simpatizo-me com Melo (2020), a avaliação

vai mais além da realização de provas e atribuição de notas. Isto é, desde a pontualidade, assiduidade, comportamento do aluno dentro e fora da sala de aula, sua motivação perante aprendizagem dos conhecimentos e outros aspectos que têm a ver com a formação integral do sujeito aprendente. Outrossim, ela obedece a funções pedagógicas – didácticos, de diagnóstico e controle, recorrendo sempre aos instrumentos de verificação.

Outrossim, a avaliação é uma componente curricular, que está presente em todo processo de ensino e aprendizagem, através desta se obtêm informações e dados, com objectivo de relacionar o que foi proposto e prescrever juízos de valor e tomar decisões, com vista a promover o desenvolvimento de competências, melhorar a qualidade de ensino e do sistema educativo.

1 O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

A pesquisa foi realizada na escola do Ensino Primário nº 1087 da Zona B, no Município de Benguela, e considerando a reforma educativa vigente no país, verificou-se o fenómeno da explosão escolar que nos anos de 1980-1981 atingiu a cifra de 1.600.000 alunos, número 3 vezes maior do que 1974 (Isabel; Santos; Ferenc, 2020).

Em 1974, o povo angolano não estava independente, estava em vigor o sistema educativo colonial e segundo as ideias de colonização, os povos não europeus eram considerados indígenas, deveriam ser cristianizados e civilizados, isto fez com que não abrisse a escola para todos, (Kiluanje, 2024). Nesta conformidade havia discriminação entre o cidadão português e o indígena, entre os indígenas estavam os grupos dos assimilados, estas pessoas seguiam o costume português, falavam e escreviam a língua portuguesa, eram admitidos em cargos do funcionalismo público, proibidos em expressarem o dialecto ou línguas tradicionais.

Em 1975, Angola fica independente e devido ao número elevado de analfabetos, escassez de profissionais para assumir responsabilidades na administração pública, realiza a primeira Reforma Educativa em 1977, sob a direcção MPLA, com objectivo de construir um homem novo sem separação de classes, raça, etnias e no combate ao analfabetismo, nascendo assim a uma escola para todos. E naquela época os interesses da educação eram virados para a construção de uma sociedade socialista e comunista, na base de uma ideologia marxista-leninista.

Outrossim, o país atravessou num período de guerra entre os três movimentos MPLA, a UNITA e FNLA e as transformações político-económicas que aconteceram no mundo com a desintegração da União Soviética ou a desintegração do bloco socialista, Angola promulga a lei n.º 12 /1991 e tinha os seguintes objectivos: promover a paz,

garantir a liberdade ideológica, artística e abertura da economia de mercado, posteriormente aprovam a lei nº 23/1992. E com o aparecimento desta lei, esses factores unidos fizeram com que a Educação de orientação socialista deixasse de existir, dando lugar a Segunda Reforma Educativa.

Para Kiluange (2024), a Segunda Reforma Educativa é exigida nova concepção política de organização de Estado, visando a satisfazer as necessidades da economia de mercado livre, produzindo assim recursos humanos necessários para o progresso económico, vinculando a educação à profissão, por meio da formação massiva da população. E com o surgimento do novo Decreto-lei nº 13 de 2001, tinha os seguintes objectivos:

- a. Escolarizar todas as crianças em idade escolar;
- b. Reduzir o analfabetismo de jovens e adultos;
- c. Elevar a eficácia do sistema educativo.

A proposta do Ministério da Educação remetida na Assembleia Nacional da República de Angola, em 2001, aprova a Lei nº 13 que define o novo sistema de educação e no Artigo 63º diz o seguinte: o sistema de educação é o objecto de avaliação contínua com incidência especial sobre o desenvolvimento, a regulamentação e a aplicação da presente Lei, tendo em conta os aspectos educativos, pedagógicos, psicológicos, sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros. Além das modificações no sistema educacional e nos currículos da 1ª, 3ª e 5ª série não foi a única mudança a operar neste processo sendo dada ênfase, também à avaliação contínua, isto é, sem menosprezar outros tipos de avaliações, assim como a diagnóstica e a sumativa. Ainda, ocorreram mudanças na escala de valores e introduziu-se a prova do professor e da escola.

Esta Lei trouxe como novidade a estruturação do sistema da Educação em três níveis: a) primário, b) secundário, e c) superior; expresso no Artigo 10º no ponto 2. No Artigo 17º, espelha que o ensino primário, unificado por seis anos, constitui a base do ensino geral, tanto para a educação regular como para a educação de adultos e é o ponto de partida para os estudos secundários. Consequentemente no Artigo 18º, da mesma Lei descreve os objectivos específicos do ensino primário, nomeadamente:

- a. Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão;
- b. Aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes à socialização;
- c. Proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais;
- d. Estimular o espírito estético com vista ao desenvolvimento da criação

artística;

- e. Garantir a prática sistemática de educação física e de atividades ginno-desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

Considerando o Decreto presidencial nº 162/ 23 de 1 de Agosto e com a aprovação da Lei 32/20 de 12 de Agosto que altera a Lei 17/16 de 7 de Outubro da Lei de Base do Sistema de Educação, trouxe algumas novidades como referência no Artigo nº 44º (organização), com os seguintes pontos:

1. O ensino primário tem a duração de 6 anos, denominadas de classes.
2. O ensino primário integra 3 ciclos de aprendizagem, compreendendo 2 classes em cada ciclo, e organiza-se de seguinte forma:
 - a. 1ª e 2ª classes, sendo avaliação final dos objectivos de aprendizagem efectuada na 2ª classe;
 - b. 3ª e 4ª classes, sendo avaliação final dos objectivos de aprendizagem efectuada na 4ª classe;
 - c. 5ª e 6ª classe, sendo avaliação final dos objectivos de aprendizagem efectuada na 6ª classe.
3. No ensino primário, a ministração das aulas na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe é feita em monodocência, sendo da responsabilidade de um único professor.
4. Quanto à ministração das aulas na 5ª e 6ª classe é feita por um ou mais professores a determinar em diploma próprio, nos termos do Artigo nº 27 da lei 32/ 20.

Desta feita, devemos entender que as modificações feitas têm a ver com as mudanças políticas e sociais que se operam no país, e sem perder de vista a dinâmica do processo ensino e aprendizagem.

2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, IMPORTÂNCIA, CONCEITO E LEGISLAÇÃO

No processo de avaliação consiste na tomada de decisão, com efeito, elabora-se algumas variáveis, procedimentos e técnicas para o cumprimento dos objectivos preconizados. Ao elaborar os instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos, as variáveis devem adequar-se aos instrumentos e aos objectivos pretendidos, pois, os instrumentos deverão ser aplicados para perceber a evolução ou não do aluno.

Em minha experiência como professor, do que tenho observado mais o inquérito por entrevista aplicado aos professores e a direção da escola, assim como as

dificuldades de aprendizagem que alguns alunos apresentam no que concerne à escrita, leitura e cálculos, leva a afirmar que o modelo deve ser reavaliado particularmente nas classes de transição automática.

Nesta perspectiva, não somente devemos olhar na vertente do aluno, é bem sabido que no processo de ensino-aprendizagem existem dois sujeitos activos, que são o professor e aluno. Apesar das dificuldades que possam existir neste processo de avaliação na monodocência, principalmente nas classes de transição. Por exemplo: a 1ª e 3ª são classes ímpares e o aluno tem direito de transitar para a classe par, isto é, na 2ª ou na 4ª classe onde se alcançam os objectivos finais da avaliação das aprendizagens. Dessa forma, o professor tem a responsabilidade de traçar estratégias que possam fazer com que o aluno esteja motivado para a aprendizagem com vista a evitar que as dificuldades apresentadas passem para as classes onde se alcançam os objectivos finais da avaliação.

Assim, a avaliação assume um papel importante no processo de ensino e aprendizagem por ser um instrumento que o professor deve ter e segundo Libâneo (2013, p. 69) diz que, “por meio dela os resultados são obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos, e são comparados com os objectivos propostos, constatando progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para correcções necessárias, alcançando assim o propósito da educação”.

Pensamos que, em coordenação com os pais e encarregados de educação, o professor pode sim, promover estratégias que possam melhorar as dificuldades que os alunos possam apresentar na escola ou na sala de aula, e que possam melhorar o comportamento destes face à aprendizagem e obter bons resultados na avaliação. Concordando com Paiva (2014), os professores devem apresentar algumas sugestões estratégicas e destaca como exemplos as seguintes:

- a) Manifestar entusiasmo pelas actividades realizadas com os alunos, constituindo um modelo ou exemplo de motivação para eles;
- b) Explicar as vantagens que poderão advir para vida futura dos alunos se estudarem e as desvantagens se não estudarem;
- c) Procurar saber quais são os interesses dos alunos e valorizá-los para os tornar possíveis;
- d) Manifestar confiança e optimismo nas capacidades dos alunos para a realização das tarefas escolares, explicando verbalmente;
- e) Contribuir para que os alunos sejam bem-sucedidos nas tarefas escolares e solicitar sempre a colaboração de pais e encarregados de educação.

Obviamente percebemos também, quando o professor possui conhecimentos didácticos, pedagógicos e experiências, está em melhores condições de poder acompanhar a avaliação do aluno de uma forma coerente, assim, terá a maior bagagem

em poder apresentar os resultados aos pais ou encarregados de educação do referido educando.

O decreto Presidencial nº 163/23 - 01 de Agosto de 2023, que considera Lei nº 32/20, de 12 de Agosto, que altera Lei nº 17/16 de 7 de Outubro – Lei Base do Sistema de Educação, prevê os princípios, os objectivos gerais e específicos do subsistema e Ensino Geral; com vista a estabelecer os princípios orientadores da organização do Subsistema de Ensino Geral, da organização e gestão escolar, bem como da gestão curricular do Ensino Primário e do I e II Ciclos do Ensino Secundário, nos termos da Lei nº 32/20, que altera a Lei nº 17/16 Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea m) do artigo 120º e do nº 4 do artigo 125º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte: Artigo nº 1 é aprovado o Regime Jurídico do Ensino Primário e Secundário do Subsistema de Ensino Geral, anexo ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante. No artigo nº 4 fazem referências aos artigos 29º, 32º, 33º, e 35º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, desta feita, o presente Estatuto tem como objectivos, os seguintes:

- a) Assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, visando a aquisição de competência, habilidades, atitudes e valores éticos;
- b) Garantir a articulação e a intercomunicabilidade entre os ciclos e os Subsistemas de Ensino;
- c) Harmonizar a organização de gestão escolar do Ensino Primário e do I e II Ciclos do Ensino Secundário.

Quanto ao artigo 5º, na sua alínea b) o Ensino Primário – fundamento do Ensino Geral, cujo, conclusão se afigura como condição indispensável para o acesso ao I Ciclo do Ensino Secundário Geral.

No capítulo III do mesmo Decreto se refere ao Regime de Acesso e Frequência, na Secção I do artigo 21º que é de ingresso e idade mínima de matrícula diz o seguinte:

- a) Ingressam na 1ª Classe do Ensino Primário as crianças que completam 6 anos de idade no ano de matrícula.
- b) Matriculam-se na 1ª Classe do Ensino Primário todas as crianças com idade referida no número anterior, ainda que não tenham frequentado a classe de iniciação.

E no artigo 22º a idade mínima dos alunos a frequentarem o Ensino Primário é dos 6 aos 11 anos de idade, e no artigo 24º a matrícula dos alunos neste Ensino é

obrigatória. No que concerne a sessão II que é do regime de frequência e assiduidade no artigo 31º, quanto a elaboração do horário na 1ª e 6ª classe no ensino I e II do ensino secundário geral, as aulas têm a duração de 45 minutos e no ponto 3 diz, o horário do ensino primário deve ser organizado para que o aluno tenha, no mínimo 4 horas lectivas, com um intervalo de 15 minutos após às primeiras 2 horas.

No artigo 44º do Decreto Presidencial nº 162/23, que tem a ver com os aspectos organizacionais do ensino primário, espelha o seguinte:

1. O ensino primário tem a duração de 6 (seis) anos, denominados de classe.
2. O ensino primário integra 3 (três) ciclos de aprendizagem, compreendendo 2 (duas) classes em cada ciclo, e organiza-se da seguinte forma:
 - a) 1ª e 2ª classe, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos efectuada na 2ª classe;
 - b) 3ª e 4ª classe, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos efectuada na 4ª classe;
 - c) 5ª e 6ª classe, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos efectuada na 6ª classe.
3. No ensino primário, a ministração das aulas na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe é feita em regime de monodocência, sendo da responsabilidade de um único professor.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a ministração das aulas na 5ª e 6ª classe é feita por um único professor que pode ser coadjuvado em competência curriculares específicas por um ou mais professores, a determinar em diploma própria, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 27º da lei nº 32/20, de 12 de Agosto, que altera a lei nº 17/16, de 7 de Outubro – lei de bases do sistema de educação e ensino.

Tratando-se de um sistema educativo de monodocência urge a necessidade de um acompanhamento sistemático do educando até a classe terminal. Além desta questão é imprescindível também a observância das características e a localização do edifício escolar, o meio ambiente tanto da comunidade como da escola e as condições de trabalho em que se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem.

A relevância dos decretos citados consiste nas informações que obtivemos quanto à evolução histórica do sistema educativo angolano, desde a época colonial, a da Independência, isto é, as reformas que foi sofrendo para corresponder com os contextos políticos e sociais, não somente de Angola, mas também das concepções internacionais. Também nestes documentos estão plasmados os princípios gerais da educação assim como: legalidade, integralidade, laicidade, universalidade, democraticidade, gratuidade

e obrigatoriedade.

O que significa que todo o cidadão angolano tem o direito a frequentar uma instituição escolar ao contrário do sistema educativo colonial. E de acordo com a Lei 13/01, no Artigo 63º diz que o sistema de educação é o objecto de avaliação contínua com incidência especial sobre o desenvolvimento, regulamentação e a aplicação, considerando os aspectos educativos, pedagógicos, sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros.

Nesta conformidade, de acordo com o Artigo nº 118, da Lei 32/20, a avaliação aparece para aferir a qualidade do desempenho e dos resultados alcançados pelas Instituições de Educação e Ensino, assim como as demais estruturas do sistema nos domínios da organização, administração e gestão do ensino, formação e investigação com vista a assegurar a sua eficiência e eficácia. Mas a avaliação, enquanto complexo de práticas sociais e escolares, não está apenas dependente da decisão política, seja qual for o nível a que esta ocorra. Uma política de avaliação só é efectivamente concretizada, através de acções avaliativas, por referência a contextos organizacionais concretos com base em mediação organizacional, regras, recursos e tecnologia administrativa (Alves; De Ketele, 2011).

3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA E ANÁLISES

O referido trabalho de pesquisa aplicou-se numa instituição do ensino primário BG-1087 da Zona B, município de Benguela, província de Benguela. A escolha da escola, considerou-se o acesso, a localização e a proveniência dos alunos, assim como as classes que a mesma possui, disponibilidade e aceitação pela parte da direcção da escola e dos professores a prestarem informações que possibilitaram o desenvolvimento deste estudo.

O tipo de pesquisa é descritivo com uma abordagem qualitativa. Oliveira (2011), o estudo descritivo pretende descrever com exactidão os factos e fenómenos de determinada realidade, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura. Segundo Collado e Lúcio (2006), o estudo qualitativo permite captar a partir do guião da entrevista, informações em torno do fenómeno, mas também a sua essência, as causas de existência dele, para assim explicar a sua origem, relações e mudanças na base da análise textual.

Assim, para concretização deste trabalho, foi aplicada e instrumentos de pesquisas que é a entrevista aos 3 membros de direcção e 4 professores. Neste contexto utilizou-se a entrevista de tipo semi-estruturadas, porque de acordo com Oliveira (2011), as entrevistas semi-estruturadas pode ser definidas como uma lista das

informações que se deseja de cada entrevistado, mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas irão variar de acordo com as características de cada entrevistado.

Foi elaborado um guião de perguntas com uma sequência lógica e flexibilidade, o que permitiu obter informações úteis ou pertinentes da pesquisa pretendida. Apesar de ter um certo nível de rigidez, a entrevista semiestruturada é bem pautada na espontaneidade, ou seja, o recrutador possui um script, e com base neste roteiro, por assim dizer, é totalmente livre para conduzir a entrevista e fazer as perguntas da maneira que desejar e a medida que tiver brechas. Isso permite que a conversa seja bem fluida.

É o modelo de entrevista mais rígido, que é guiado por um roteiro de perguntas previamente estabelecidas para todos os candidatos. Mas, isso não significa que a entrevista precise seguir o roteiro copiosamente, mas sim abordar questões e temas principais que já foram definidos antes pelo recrutador. Nessa definição, deve conter as perguntas mais importantes e não há abertura para a flexibilidade dos temas abordados.

Relativamente aos membros de direcção, 2 são licenciados em ciências da educação na especialidade de Pedagogia e 1 técnico médio formado em psicologia educacional, têm mais de 3 anos de serviço nesta área. O que pensamos terem um nível académico e profissional assim como tempo de serviço que lhes permite desempenhar as funções. Mas ao longo do inquérito por entrevista aplicado a estes, percebemos que têm a noção do que é avaliação e seus tipos, e em que momentos são aplicados.

Procuramos saber, também, sobre os procedimentos de avaliação que utilizam na fase de transição dos alunos para outra classe e a dificuldades neste processo: O membro 1 disse, quando aos procedimentos de avaliação, baseiam-se nas avaliações que os alunos fazem, isto é, os conteúdos que são lecionados e as dificuldades estão base de alguns professores por motivos de transferência ou de doença não dar continuidade até a 6ª classe. Relativamente ao membro 2, falou sobre as dificuldades encontradas, relativamente, ao acompanhamento dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos alunos, de alguns professores que não chegam com os alunos no término deste processo. No que concerne ao membro 3, realçou que apesar da lei existente não encontrar esclarecimento dos alunos que devem transitar, a carência de material didáctico, assim como o factor professor são elementos constrangedores neste processo de avaliação. Continuou dizendo que não tem sido fácil viabilizar esse processo, porque existem professores que não estão preparados ou formados em lecionar neste nível, o que exige a formação contínua destes e quanto avaliação dos alunos, os professores baseiam-se na matéria dada. São de opinião também que o Ministério da Educação

deveria rever esta questão de transição automática e passar pelas provas normais ou avaliações existentes em classes pares. Se pode observar que há muito que se fazer em termos da avaliação para atingir os fins da avaliação, é bom que seja mais abrangente, nas áreas como o comportamento do aluno, cumprimento das tarefas, assiduidade e pontualidade e a forma como responde às questões apresentadas pelo professor na sala.

Quanto às condições de trabalho procuramos saber se são boas ou más. O membro 1 respondeu que não são as mais favoráveis, mas servem para trabalhar e contribuir na formação da nova geração e quanto ao membro 2 disse não são as mais desejadas, nosso papel é educar e formar o homem novo independente do contexto. O membro 3 declarou que as condições de trabalho são razoáveis. Logo, percebe-se que as condições de trabalho não são as mais favoráveis ou boas mas são razoáveis e permitem o exercício da actividade educacional.

No que concerne aos 4 professores, 3 são do sexo masculino e possuem o curso médio na área de ciência da educação na especialidade de história e matemática, relativamente ao tempo de serviço, os mesmos têm mais de mais 2 anos. Sendo 1 do sexo feminino, esta é licenciada na área de Ciência da Educação e tem o curso médio, formou-se no Magistério Primário, com o tempo de serviço de 5 anos. Com estes indagamos como é feita a avaliação dos alunos nas classes de transição, os mesmos disseram que não tem sido fácil, apesar de estar espelhado nos normativos, existem casos de alunos que não deveriam transitar, mas, pelo imperativo do normativo transitam. Muitos destes têm apresentado dificuldades nas classes de exame, repetindo às vezes num período de 2 anos e outra dificuldade consiste em que alguns professores que leccionam a classe de exame não são os mesmos que começaram com os alunos.

Sobre as condições de trabalho: os mesmos lamentam falta de materiais didácticos ou meios de ensino assim como o barulho das pessoas e o som dos veículos que passam próximo da escola, perturbam o meio ambiente escolar.

4 COMO SE PROCESSA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SEGUNDO OS MEMBROS DA DIRECÇÃO E OS PROFESSORES DA ESCOLA

A avaliação é uma ferramenta que vai ajudar o professor e o aluno em auto-avaliarem-se o que apreenderem ou não e o que devem fazer durante a transmissão e a interacção de conhecimento num período lectivo, isto é, a partir da aula. Numa sala de aula o professor como mediador e facilitador deste processo de aprendizagem, o mesmo não somente ensina, mas aprende.

Ao longo da entrevista perguntamos aos membros da direcção da escola e aos professores, que opiniões tinham relativamente à avaliação de alunos nas classes de transição automática? Os membros de direcção expressaram o seguinte: o membro 1

disse, se o professor for o mesmo e experiente não se regista grandes dificuldades mas se for transferido ou inexperientes as dificuldades do aluno seriam maiores. E quanto ao membro 2 respondeu, tenho assistido aulas de alguns professores e observo que alguns têm encontrado dificuldades no domínio e transmissão de conteúdos de certas disciplinas que pouco dominam. O membro 3 é de opinião que a formação permanente seria a via para ultrapassar estas dificuldades tais como: a transmissão de conteúdos com dificuldades pela parte do professor e a carência do material didático e a questão do fraco acompanhamento dos pais e encarregados de educação. Pensamos que é necessário traçar estratégias no que tange a formação permanente do professor para orientar, educar, avaliar os alunos e dialogar com os pais e encarregados de educação acompanharem as actividades dos alunos.

Relativamente, a pergunta que foi aplicada aos membros da direcção da escola foi a mesma para os 4 professores para melhor compreendermos a questão do fenómeno. Os professores 1 e 2 responderam que no início da profissão não foi fácil adaptar-se a este novo paradigma. Na planificação das aulas exige do professor uma perícia pedagógica – didáctica, autocontrolo, adaptação e domínio da matéria. E o professor 3 disse que encontra muitas dificuldades porque algumas disciplinas o mesmo tem pouco domínio e exige dele muito desempenho. Quanto ao professor nº 4 disse que os seminários de refrescamento permanente faria-nos bem para recordarmos e consolidarmos a matéria aprendida no cômputo de avaliação das aprendizagens.

Foi assim que nós percebemos tanto da direcção da escola e dos professores a existência de preocupações em traçar métodos, estratégias e técnicas de aprendizagem, assim como contextualizar a avaliação consoante o sistema educativo vigente. Todavia, dos normativos ou documentos legais pesquisados não foram encontrados critérios específicos que explicam a modalidade de transição de alunos nas classes da 1ª, 3ª e 5ª.

O processo de avaliação é algo complexo que deve ser sistematicamente acompanhado não somente pela parte dos professores, mas também a direcção da escola, principalmente o responsável pela área pedagógica, mas o acompanhamento de pais e encarregado de educação é importante.

Quanto a este processo, os membros de direcção incumbem a responsabilidade aos professores em supervisionar esta actividade e os mesmos deveriam utilizar variadíssimos instrumentos e modalidades de avaliação para poder aferir os resultados dos alunos, desde a sua participação na sala de aula, realização de tarefas extra-escolares, suas relações e comportamento com colegas, com o professor e os demais funcionários da escola. Os professores referem que têm considerado avaliação diagnóstica, sistemática e sumativa para melhor aferir aprendizagem dos alunos assim como destacam no quadro de honra da escola os melhores alunos, com o parecer da

direcção da escola.

Afonso e Agostinho (2019), referem que, diante desta situação, as exigências ao professor, quer com a didáctica ou quer com a pedagogia, apontam para o redobrar do seu campo de acção, pois, espera-se dele um despertar de interesses académico e profissional centrado no aprender e não somente no ensinar. É uma possibilidade para potenciar o professor tanto em conhecimentos quanto, no domínio das novas descobertas das ciências reitoras do processo de ensino e aprendizagem, condição indispensável para melhor desempenho nas tarefas docentes.

Em conformidade com Kanjangu (2016) a função da avaliação é garantir o sucesso. Em todos os momentos da vida, o ser humano procura sucesso, na escola, na política, na religião etc., portanto a avaliação é um instrumento ao serviço do sucesso. Dessa feita, em situações de ensino e aprendizagem, o sucesso do aluno está nos resultados positivos alcançados durante o percurso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos ora analisados contribuíram na extinção do sistema educativo colonial, a diminuição do analfabetismo, a valorização dos valores culturais, morais e concomitantemente na formação de novos profissionais para corresponderem com os anseios da pátria angolana. Também observamos algumas inovações na Estrutura do Sistema Educativo angolano, a gratuidade a inclusão do ensino, tiveram a sua repercussão na qualidade de ensino e a construção de mais infra-estruturas escolares em todos os níveis e surgimento de instituições privadas e estão contribuindo na formação de novos profissionais em diferentes áreas do saber em prol do desenvolvimento do país. Dos instrumentos aplicados, aferimos que é necessário primar pela especialização e formação permanente dos professores para melhor conhecer o aluno e corresponder à expectativa do sistema de avaliação.

A reformulação do currículo do ensino primário, tendo em conta o tempo e a inexistência de critérios específicos que explicitam a modalidade de transição automática na 1ª, 3ª e 5ª classe, são questões que devem ser revistas, para evitar a repetência de alunos mais de 2 anos numa classe. A avaliação da aprendizagem dos alunos em classes de transição deveria considerar também além dos conteúdos administrados, a atitude face à aprendizagem, assiduidade e a pontualidade do aluno.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria, Palmira; KETELE, Jean-Marie. **Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo**. Porto: Porto Editora, 2011.

AFONSO, Manual; AGOSTINHO, Simão. **Avaliando processos e resultados em contexto**

escolar: perspectivas teóricas, práticas e desafios. Luanda: Editora das Letras, 2019.

BRASIL. Decreto presidencial n.º 162/23, de 1º de agosto de 2023. Disponível em: <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2023>. Disponível aos 28 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.32/20, Diário da República, de 12 de agosto de 2020. Dispõe sobre o Sistema Educativo.

BRASIL. Lei nº 23/32, Diário da República, 1992.

COLLADO, Carlos Fernandes; LUCIO, Maria Del Pilar Baprista. **Metodologia de pesquisa III**. Porto Alegre: Penso Editora, 2006.

ISABEL, M. B.; SANTOS, L. L.; FERENC, A. V. F. A face oculta da avaliação em Angola. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 31, n. 77. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/6816>. Acesso em: 9 dez. 2024.

KILUANJE, Felisberto. **Sistema educativo angolano:** Processos de desconstrução dos seus fins e estrutura. Universidade Óscar Ribas, Luanda-Angola, 2024.

KANJANGUE, Figueredo. **Avaliação das aprendizagens, um factor de qualidade na educação**. Benguela: Editora CVR, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didáctica**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

MELO, Ronaldo Silva. **Conceitos fundamentais de avaliação**. Natal: SEDIS/UFRN, 2020.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011.

PAIVA, Renato. **O segredo para alcançar o sucesso na escola**. 1. ed. Setúbal: Editora A Esfera dos Livros, 2014.

SILVA, Brigitte; CRAVEIRO, Clara. **O portfólio como estratégia de avaliação de infância:** considerações sobre a prática. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.